



Redução da procura de droga: dados globais para ações locais

O desenvolvimento de intervenções de redução da procura cientificamente fundamentadas é um objetivo político primordial em matéria de luta contra a droga a nível nacional, da União Europeia (UE) e mundial. No debate sobre a prossecução deste objetivo é utilizado um discurso

específico, com um conjunto de conceitos próprio, que inclui termos como: boas práticas, normas de qualidade, linhas orientadoras, protocolos, sistemas de acreditação e análise comparativa. O presente documento fornece aos leitores definições simples dos termos utilizados,

realçando simultaneamente os progressos obtidos e os atuais desafios na transposição do conhecimento científico para a prática no domínio da redução da procura de droga. O conceito de «boas práticas» merece especial atenção devido à sua crescente popularidade e importância na Europa.

Resumo das questões-chave

1. A promoção e o intercâmbio de boas práticas são reconhecidos como uma importante estratégia para melhorar a eficácia das intervenções relacionadas com a droga e para garantir a utilização eficiente de recursos limitados.
2. As linhas orientadoras e normas figuram entre os instrumentos mais utilizados para a promoção de boas práticas. Na Europa, já existem numerosas linhas orientadoras que os decisores políticos podem utilizar, atualizar e adaptar aos seus próprios contextos nacionais, em vez de partirem do zero.
3. Há cada vez mais evidência científica sobre a eficácia das intervenções no domínio da droga, que podem ser utilizados para desenvolver e atualizar as normas e linhas orientadoras. É dada uma nova ênfase ao desinvestimento, que põe termo às «práticas incorretas» e às intervenções de baixa qualidade.
4. A nível europeu, um projeto recente procurou promover o consenso sobre as normas mínimas de qualidade nos domínios da prevenção, do tratamento da toxicodependência e da redução dos danos, bem como a aplicação dessas normas na prática.
5. Têm surgido novas disciplinas centradas nos métodos a utilizar para que a transferência seja bem-sucedida, como a ciência aplicada, a ciência translacional e a mobilização de conhecimentos. A identificação dos obstáculos à mudança e a utilização de múltiplas estratégias de aplicação são fatores de sucesso importantes.
6. No domínio das boas práticas, subsistem muitas lacunas na evidência científica e no domínio das boas práticas e surgem continuamente novas questões que é necessário analisar. Uma análise sistemática das lacunas ajudará a direcionar as próximas medidas e os desenvolvimentos futuros.

Definições

Boa prática: a melhor aplicação dos dados disponíveis às atividades em curso.

Evidência científica: um conceito importado do domínio da medicina e definido como «a utilização conscienciosa, explícita e judiciosa dos melhores dados existentes na tomada de decisões sobre o tratamento de cada doente» (Sackett, 1996). Quando aplicado à redução da procura de droga, refere-se à utilização dos resultados científicos para fundamentar as decisões relativas às intervenções.

Linhas orientadoras: «Indicações que incluem recomendações destinadas a otimizar o tratamento dos doentes, baseadas numa revisão sistemática dos dados e na avaliação das vantagens e desvantagens das opções de tratamento alternativas» (Institute of Medicine, 2011).

Protocolos: documentos que especificam os procedimentos a seguir no desempenho de determinadas tarefas.

Normas e padrões de qualidade: princípios e conjuntos de regras baseados na evidência (Brunsson e Jacobsson, 2000), utilizados para executar as intervenções recomendadas nas linhas orientadoras. Podem referir-se a questões de conteúdo, processos ou aspetos estruturais.

Acreditação: o processo de avaliação independente da qualidade de uma instituição que presta um serviço, com base em critérios e normas pré-definidos, estabelecidos pelo organismo de acreditação.

Análise comparativa: o processo de comparação dos processos e do desempenho de um serviço com as boas práticas de outros serviços. As dimensões normalmente avaliadas são a qualidade, o tempo e o custo.

1. Compreensão das boas práticas

Recentemente um grupo de peritos europeus organizado pelo OEDT desenvolveu uma definição do conceito de «boa prática». Sucintamente, entende-se por boa prática a melhor aplicação da evidência disponível às atividades em curso no domínio da droga. Foram identificados vários fatores que contribuem para que uma intervenção possa ser classificada como «boa prática». Resumidamente, uma intervenção de boas práticas baseia-se na melhor evidência científica existente sobre as ações que comprovadamente produzem bons resultados e está adaptada às necessidades das pessoas a quem se destina. Os métodos utilizados devem ser transparentes, fiáveis e transferíveis e podem ser atualizados à medida que a base de conhecimentos se desenvolve. Quanto à sua execução, os fatores contextuais locais serão tidos em conta, e a intervenção deve ser harmonizada com outras ações, no âmbito de uma abordagem global aos problemas de droga.

O conceito de boa prática está intimamente ligado ao de «prática cientificamente fundamentada» - a utilização conscienciosa, explícita e judiciosa da melhor evidência na tomada de decisões (Sackett e outros, 1996) - e requer uma combinação cuidadosa dos conhecimentos científicos com a experiência na sua aplicação, a fim de adaptar adequadamente a intervenção ao indivíduo visado e/ou a um contexto específico. Uma intervenção de boas práticas deve permitir obter melhores resultados do que outras intervenções e, conseqüentemente, uma repartição racional dos recursos.

2. Linhas orientadoras e normas: instrumentos populares para promover as boas práticas

A estratégia mais comum de promoção de boas práticas na Europa é o desenvolvimento de linhas orientadoras e normas. Em 2011, já tinham sido identificados mais de 143 conjuntos de linhas orientadoras para o tratamento da

toxicod dependência em toda a região, muitos deles sobre o tratamento de substituição de opiáceos. Presentemente, o processo de elaboração de novas linhas orientadoras ou normas assenta, em muitos casos, na utilização dos exemplos nacionais existentes (desde que devidamente fundamentados) e na sua adaptação ao contexto local, o que permite economizar recursos. Está disponível um inventário de linhas orientadoras e normas nacionais em matéria de tratamento, prevenção e redução dos danos no portal de boas práticas do OEDT, no seguinte endereço: <http://www.emcdda.europa.eu/best-practice>.

A promoção de boas práticas através de linhas orientadoras, normas e outros instrumentos semelhantes ainda enfrenta alguns desafios. O primeiro consiste em ter a certeza que são baseadas em evidência científica fiável e que são atualizadas regularmente, quando são publicadas novas revisões sistemáticas. O segundo é otimizar a utilização das linhas orientadoras atualmente existentes na Europa. Por último, é importante garantir a aplicação adequada das linhas orientadoras e normas.

3. Acesso e utilização da evidência científica

Nos últimos cinquenta anos, multiplicou-se o número de estudos sobre a eficácia das intervenções relacionadas com a droga, o que gerou a necessidade de fazer sínteses de alta qualidade. No fim da década de 1990, foi constituído um grupo editorial sobre droga e álcool, no âmbito da Cochrane Collaboration (uma organização internacional sem fins lucrativos que elabora, mantém e promove o acesso a revisões sistemáticas dos efeitos dos cuidados de saúde). O *Cochrane Drugs and Alcohol Group* tem como missão produzir e divulgar as revisões sistemáticas dos ensaios sobre a prevenção, o tratamento e a reabilitação do consumo problemático de drogas e de álcool. Até à data, colabora com o portal de boas práticas do OEDT na síntese dos dados relativos às intervenções.

«Todas as intervenções são bem intencionadas, mas nem todas são igualmente eficazes. Hoje, mais do que nunca, temos de investir naquilo que resulta e desinvestir no que não produz bons resultados. Para esse fim, necessitamos não só de um entendimento comum da evidência científica que fundamenta a eficácia, mas também de linhas orientadoras que assegurem a prestação de serviços de alta qualidade a nível local».

Wolfgang Götz,
Director do OEDT

A conjuntura financeira atual exige que todos os decisores políticos encontrem formas de controlar os custos sem diminuir a qualidade dos cuidados. Além de ser utilizada para identificar as intervenções eficazes, a fundamentação científica é crescentemente invocada para reduzir ou pôr termo à utilização de abordagens e serviços de má qualidade. O *National Institute for Clinical Excellence* (NICE) do Reino Unido tem aplicado processos de «desinvestimento» para cessar o financiamento de intervenções clínicas de «baixo valor» - por exemplo, por não serem clinicamente eficazes, terem um perfil risco-benefício insuficiente ou não estarem fundamentadas em evidência científica. Esse desinvestimento implica que se retirem recursos das práticas de saúde existentes que se considere terem poucos ou nenhuns benefícios clínicos proporcionalmente ao seu custo, não constituindo, por isso, uma utilização eficiente dos recursos.

4. Aprendizagem mútua — normas mínimas de qualidade para a Europa

Embora cada país europeu tenha desenvolvido as suas próprias estratégias e respostas aos problemas de droga, tendo em conta a dimensão dos seus problemas e os recursos disponíveis, a partilha de experiências e ensinamentos extraídos da

experiência dos outros países tem claros benefícios, ajudando a melhorar a qualidade e a desenvolver a investigação sobre a eficácia. As normas mínimas de qualidade europeias devem acrescentar valor aos meios existentes em cada um dos Estados Membros e ter em conta as diferenças nos sistemas de saúde e nas capacidades dos diversos países.

Um projeto recente, financiado pela UE, tem vindo a desenvolver normas mínimas de qualidade europeias para a prevenção, o tratamento da toxicod dependência, e a redução dos danos, reunindo peritos e interessados da Europa e do resto do mundo, para propor listas de normas mínimas cientificamente fundamentadas e baseadas num consenso. As normas de qualidade europeias em matéria de prevenção da toxicod dependência foram adaptadas para constituir a vertente de prevenção desse estudo e publicadas em dezembro de 2011 pelo OEDT na sua série *Manuais*, podendo ser descarregadas ou encomendadas gratuitamente no sítio Web do OEDT, no endereço: <http://www.emcdda.europa.eu/publications/manuals/prevention-standards>. Os resultados do estudo EQUUS serão aprofundados pela Comissão Europeia, tendo em vista a elaboração de um projeto de proposta a apresentar ao Conselho da União Europeia.

5. Aplicar a evidência através de linhas orientadoras, normas e outros instrumentos

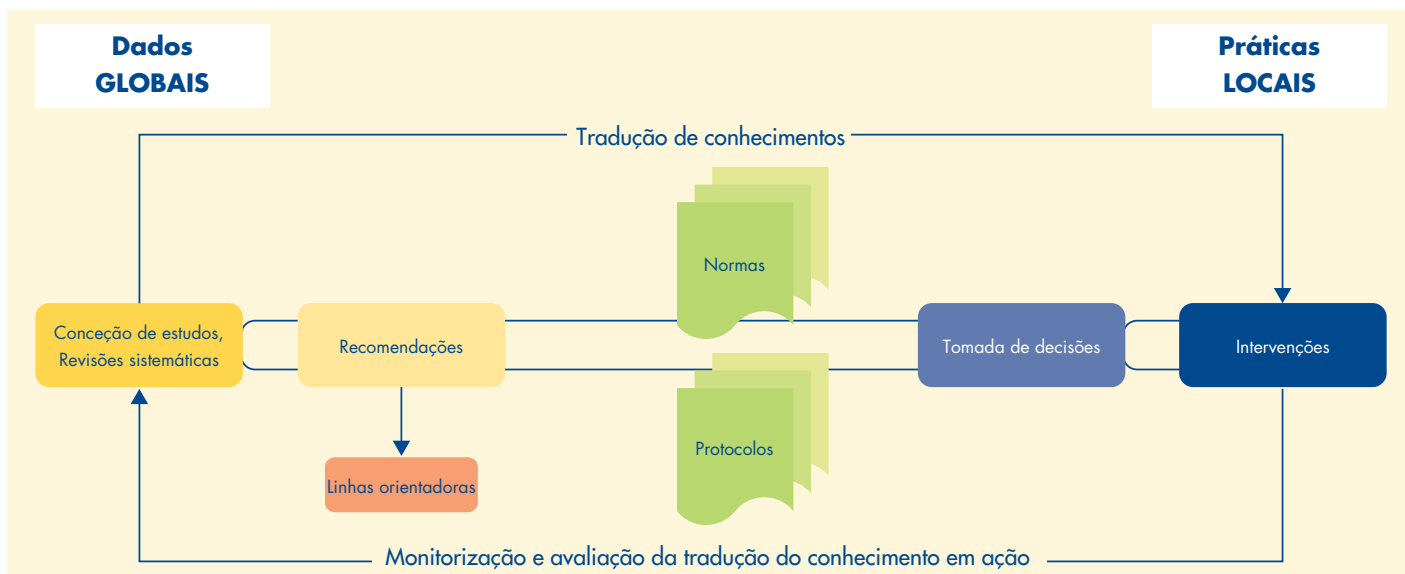
A eficaz transposição da evidência para a prática, através de linhas orientadoras e normas, exige simultaneamente planeamento e uma abordagem pro-ativa. Uma vasta gama de actividades é utilizada para traduzir a evidência em ações e surgiram várias disciplinas científicas novas que abordam diretamente este tema, como, por exemplo, a ciência translacional, a tradução de conhecimentos e a mobilização de conhecimentos. Para muitas destas abordagens, a relação entre evidência científica e o consenso dos peritos é fulcral para o processo de implementação. Para uma implementação bem sucedida, é necessário o consenso entre os peritos para identificar as questões relevantes, adaptar as recomendações ao contexto local e assegurar a adequada estruturação das intervenções e a sua adaptação ao grupo-alvo. Ainda que as abordagens nacionais diverjam, a identificação dos denominados «obstáculos à mudança» no grupo-alvo e das medidas ativas para minimizá-los, pode aumentar a adesão à novas intervenções. Além disso, a utilização de incentivos como a formação, a acreditação ou a certificação pode contribuir para uma aplicação eficaz das normas de

qualidade na redução da procura de droga.

6. Próximas etapas: identificar as lacunas e considerar novas questões

A evolução da investigação relacionada com a droga e das práticas cientificamente fundamentadas permitiu criar novos instrumentos para aumentar a eficácia da resposta europeia aos problemas de droga. Todavia, este processo também revelou lacunas significativas nos conhecimentos científicos disponíveis, sendo evidente que as linhas orientadoras ou normas nem sempre foram desenvolvidas de uma forma adequada para promover as boas práticas. Além disso, as alterações da situação em matéria de droga, relacionadas, por exemplo, com o envelhecimento da coorte de consumidores de opiáceos ou com o consumo de novas substâncias, podem exigir agora investigações adicionais. O OEDT e os seus parceiros estão empenhados em realizar uma análise das lacunas no domínio das boas práticas e em apoiar ativamente a ligação do conhecimento global às práticas locais na Europa, através da divulgação proativa da evidência científica, do apoio à adaptação das linhas orientadoras ou da promoção da avaliação do impacto e do intercâmbio de experiências.

Quadro para a «tradução de conhecimentos»



Drogas em destaque é uma série de notas sobre políticas publicadas pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), de Lisboa. São publicadas regularmente nas 23 línguas oficiais da União Europeia e em norueguês e turco. Versão original: inglês. Reprodução autorizada mediante citação da fonte.

Para obtenção gratuita de exemplares, contacte-nos por correio electrónico: publications@emcdda.europa.eu

Cais do Sodré, 1249-289 Lisboa, Portugal
Tel. +351 211210200 • Fax +351 218131711
info@emcdda.europa.eu • www.emcdda.europa.eu

Conclusões e considerações de carácter político

1. Nas duas últimas décadas, o desenvolvimento e a promoção de boas práticas têm suscitado um interesse crescente na Europa. São utilizados diversos instrumentos, como linhas orientadoras e normas de qualidade, para promover a utilização de práticas cientificamente fundamentadas nas intervenções de redução da procura de droga. A nível nacional, a preferência pela difusão e adaptação das linhas orientadoras cientificamente fundamentadas já existentes em detrimento do desenvolvimento de novas está a revelar-se uma solução eficaz com uma boa relação custo-eficácia e que contribui para garantir a qualidade. Foi recentemente criado um processo, a nível europeu, para promover o consenso sobre as normas mínimas de qualidade.
2. No futuro, é necessário que existam processos para assegurar a atualização regular das linhas orientadoras e normas existentes à medida que vão ficando disponíveis novos dados. Além disso, é fundamental promovê-las e difundi-las continuamente entre os profissionais e os decisores políticos. Apesar do recente aumento da evidência científica disponível sobre a eficácia (e a ineficácia) das intervenções relacionadas com a droga, ainda subsistem lacunas, e são necessários estudos para as colmatar. Uma agenda de investigação europeia que dê prioridade às questões ligadas à eficácia das intervenções mas também à melhoria da interface entre a investigação e a prática seria muito bem-vinda.
3. O OEDT, com a sua experiência de monitorização e difusão de boas práticas, continuará a promover e a apoiar a melhoria da qualidade no domínio da droga na Europa. A disseminação proactiva de evidência científica, o enquadramento da adaptação das linhas orientadoras, o apoio na definição de objetivos e na avaliação do impacto e a promoção do intercâmbio de experiências são algumas das atividades que continuaremos a realizar ao serviço de todos os interessados.

Principais fontes

- Amato, L., Davoli, M., Vecchi, S. e outros (2011), «Cochrane systematic reviews in the field of addiction: What's there and what should be», *Drug and Alcohol Dependence*, vol. 113 (n.º 2-3), pp. 96-103.
- Brunsson, N. e Jacobsson, B. A. (2000), *A world of standards*, Oxford University Press, Nova Iorque.
- Costa Storti, C., De Grauwe, P. e Reuter, P. (2011), «Economic recession, drug use and public health», *International Journal of Drug Policy*, vol. 22, n.º 6, pp. 321-325.
- Grimshaw, J. M., Thomas, R. E., MacLennan, G. E e outros (2004), «Effectiveness and efficiency of guideline dissemination and implementation strategies», *Health Technology Assessment* 8(6), pp. iii-72.
- Guyatt, G. H., Oxman, A. D., Vist, G. E. e outros (2008), «GRADE: an emerging consensus on rating quality of evidence and strength of recommendations», *British Medical Journal* 336 (7650), pp. 924-6.
- Institute of Medicine (2011), «Clinical practice guidelines we can trust», The National Academies Press, Washington DC.
- Moja, P. L., Castelli, B., McCauley, L., Grilli, R. e Auxilia, F. (2005), «Cochrane EPOC group: closing the gap between quality assurance and organisation of care research and front line professionals» (texto original em italiano), *Annali di Igiene: Medicina Preventiva e di Comunità* 17(6), pp. 585-90.
- National Institute for Clinical Excellence (2011), *NICE 'do not do' recommendations*, disponível em: <http://www.nice.org.uk/usingguidance/donotdorecommendations/index.jsp>
- OCDE (2011), «Economic Policy Reforms Going for Growth», publicações da OCDE, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/growth-2011-en>
- Sackett, D. L., Rosenberg, W. M., Gray, J. A., Haynes, R. B. (1996), «Evidence-based medicine: what it is and what it isn't», *British Medical Journal*, 312 (7023), pp. 452-4.
- Straus, S., Tetroe, J. e Graham, I. D. (editores) (2009), *Knowledge Translation in Health Care: Moving from Evidence to Practice*, Wiley Blackwell, Oxford.
- The ADAPTE Collaboration (2011), «The ADAPTE Process: Resource Toolkit for Guidelines Adaptation», (Versão 2.0) disponível em: <http://www.g-i-n.net>
- Wensing, M., Bosch, M. e Grol, R. (2010), «Developing and selecting interventions for translating knowledge to action», *Canadian Medical Association Journal* 182(2), pp. E85-E88.

Informação na Internet

Portal de boas práticas do OEDT
<http://www.emcdda.europa.eu/best-practice>



Serviço das Publicações

EDITOR OFICIAL: Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia
© Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, 2012
DIRECTOR: Wolfgang Götz
AUTORES: Marica Ferri, Alessandra Bo
REDACTORA: Marie-Christine Ashby
CONCEPÇÃO GRÁFICA: Dutton Merryfield Ltd, Reino Unido
Printed in Luxembourg